



**FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA
SOCIAL E EDUCACIONAL - FASE**

RELATÓRIO FINAL Nº 03/20





Rio de Janeiro, 14 de Maio de 2021.

À
DD. DIRETORIA DA
FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE
RIO DE JANEIRO – RJ

REF.: RELATÓRIO FINAL Nº 03/20 SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

Apresentamos a V.Sas. o conjunto das Demonstrações Contábeis acima referenciadas, composto de:

- 1 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES;
- 2 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 - BALANÇO PATRIMONIAL;
 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO;
 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE;
 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO;
 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA; e
 - NOTAS EXPLICATIVAS.
 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

Releva observar que este relatório representa, através do “Relatório dos Auditores Independentes”, nossa opinião definitiva sobre as peças contábeis e os controles internos utilizados por V.Sas. no exercício de 2020, sendo que o consubstanciamento do referido Relatório encontra-se nas Cartas de Controles Internos emitidas.





À
DD. DIRETORIA DA
FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE
RIO DE JANEIRO – RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 5, a administração da entidade não identificou indicativos de perda do imobilizado e demais ativos relevantes para o exercício 2020. Além disso, identificou que o custo para a realização do teste de recuperabilidade seria incompatível com o benefício gerado para a informação. Entretanto, a administração da Federação não apresentou estudo que atenda as orientações das Seções 17 e 27 da NBC TG 1000 (R1), ou NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R4) – Imobilizado, no que diz respeito à revisão do valor residual e da vida útil dos ativos, bem como do teste de recuperabilidade, que deve ser avaliado ao fim de cada período de reporte, para verificar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. Em virtude da ausência dessas informações, não foi possível determinar a existência de eventuais ajustes e seus consequentes efeitos nos ativos da Federação, e os seus correspondentes reflexos das demonstrações do resultado, nos fluxos de caixa e na mutação do patrimônio líquido do exercício.





Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Federação é responsável por outras informações que acompanham as demonstrações contábeis. A entidade, devido as suas características específicas, possui estrutura e forma de apresentação própria das demonstrações contábeis, não apresentando outras informações. Não temos nada a relatar a este respeito.

Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, quanto à revisão do valor residual e da vida útil dos ativos e teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2020.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 04 de março de 2020, com modificação idêntica a mencionada no parágrafo “Base para opinião com ressalva”.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração da Federação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Federação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Federação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.





Os responsáveis pela governança da Federação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Federação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Federação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Federação a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2021.


MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC RS 4632/0-1 T PR S RJ
DIEGO ROTERMUND MOREIRA
Contador CRC RS 68603 S RJ
CNAI N° 1128
Sócio Responsável Técnico





- 2 – DEMOSNTRAÇÕES FINANCEIRAS
- BALANÇO PATRIMONIAL;
 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO;
 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE;
 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO;
 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA; e
 - NOTAS EXPLICATIVAS.
 - PARECER DO CONSELHO FISCAL



Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Anexos:

**Parecer do Conselho Fiscal
Relatório dos Auditores Independentes**

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais)

Ativo	Passivo e patrimônio líquido	
	2020	2019
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	37.437.510,51	25.649.577,09
Créditos a receber (nota 4)	153.956,03	517.542,55
	37.591.466,54	26.167.119,64
Não circulante		
Imobilizado (nota 5)	1.282.989,14	1.247.117,46
	1.282.989,14	1.247.117,46
Total do ativo	38.874.455,68	27.414.237,10
	Circulante	
	Fornecedores de bens e serviços (nota 6)	62.795,44
	Obrigações trabalhistas e sociais (nota 7)	925.309,13
	Obrigações tributárias (nota 8)	131.908,13
	Bancos contas movimento (saldo devedor)	429,00
	Recursos de projetos em execução (nota 9)	28.561.174,29
		29.681.615,99
	Patrimônio líquido (nota 11)	
	Patrimônio social	7.831.053,49
	Superávit (Déficit) acumulado	1.361.786,20
		9.192.839,69
	Total do passivo e do patrimônio líquido	38.874.455,68
		27.414.237,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais)

	2020	2019
Receitas operacionais		
Com restrição		
Receitas de prestação de serviços sociais/atividades (nota 12.1)	435.024,04	1.056.492,05
Recursos públicos (nota 12.2)	3.992.461,22	2.481.584,82
Recursos de agências da cooperação internacional (nota 12.3)	9.336.713,88	7.671.267,62
Doações e contribuições de pessoas físicas	23.529,00	20.672,12
Doações e contribuições de pessoas jurídicas	1.725.469,14	1.253.634,77
Receitas financeiras (nota 12.4)	659.525,14	685.477,14
	16.172.722,42	13.169.128,52
Sem restrição		
Doações e contribuições de pessoas físicas	1.045,00	6.340,00
Receitas financeiras (nota 12.4)	88.445,67	293.094,82
Outras receitas (nota 12.5)	42.474,82	10.132,06
	131.965,49	309.566,88
Custo da prestação de serviços sociais/atividades (nota 13)	(10.939.216,72)	(10.354.721,00)
Resultado bruto	5.365.471,19	3.123.974,40
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas (nota 14)	(3.653.900,87)	(3.668.278,27)
Despesas tributárias (nota 15)	(20.449,73)	(18.079,20)
Depreciações (nota 5)	(255.494,25)	(217.127,13)
Despesas financeiras	(73.720,13)	(101.121,58)
Outras despesas (nota 16)	(120,01)	(322,31)
	(4.003.684,99)	(4.004.928,49)
Superávit (Déficit) do exercício	1.361.786,20	(880.954,09)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Superávit (Déficit) do exercício	1.361.786,20	(880.954,09)
Ajuste exercício anterior (nota 11.3)	-	(49.143,39)
Superávit (Déficit) abrangente do exercício	<u>1.361.786,20</u>	<u>(930.097,48)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	9.656.969,04	(895.818,07)	8.761.150,97
Incorporação do Déficit do exercício 2018 ao patrimônio social	(895.818,07)	895.818,07	-
Ajustes de exercícios anteriores (nota 11.3.)	(49.143,39)	-	(49.143,39)
Déficit do exercício	-	(880.954,09)	(880.954,09)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.712.007,58	(880.954,09)	7.831.053,49
Incorporação do Déficit do exercício 2019 ao patrimônio social	(880.954,09)	880.954,09	-
Superávit do exercício	-	1.361.786,20	1.361.786,20
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.831.053,49	1.361.786,20	9.192.839,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	1.361.786,20	(880.954,09)
Ajustes por:		
Ajuste de exercícios anteriores	-	(49.143,39)
Depreciação	255.494,25	217.127,13
Ganho na venda de bens do imobilizado	(34.500,00)	(7.177,69)
Superávit (Déficit) do exercício ajustado	1.582.780,45	(720.148,04)
(Aumento) redução nos ativos circulantes e no realizável a longo prazo :		
Créditos a receber	363.586,52	584.108,75
Realizável a longo prazo	-	50.000,00
	363.586,52	634.108,75
Aumento (redução) nos passivos circulantes:		
Fornecedores de bens e serviços	(40.114,45)	64.264,83
Obrigações trabalhistas e sociais	78.736,04	100.549,10
Obrigações tributárias	18.713,49	13.753,47
Bancos contas movimento (saldo devedor)	429,00	(112,90)
Recursos de projetos em execução	10.040.668,30	(5.702.692,64)
	10.098.432,38	(5.524.238,14)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	12.044.799,35	(5.610.277,43)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recursos recebidos pela venda de bens do ativo imobilizado	34.500,00	30.000,00
Aquisição de imobilizado	(291.365,93)	(490.442,98)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(256.865,93)	(460.442,98)
Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	11.787.933,42	(6.070.720,41)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	25.649.577,09	31.720.297,50
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	37.437.510,51	25.649.577,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. CONTEXTO OPERACIONAL****Objetivos**

A FASE, constituída em 30 de novembro de 1961 como uma associação de direito privado, de fins não econômicos, de caráter beneficente, educativo e de assistência social tem como objetivos:

- Promover nas parcelas da população com as quais trabalha a Educação e o Desenvolvimento, incentivando para tal, comportamentos de participação, organização e solidariedade, e criando ou estimulando, para este fim, atividades, movimentos, organismos e associações, bem como promovendo o associativismo e o cooperativismo, a defesa do meio-ambiente e a educação ambiental;
- Contribuir para a inclusão econômica, para o enfrentamento da pobreza, para a garantia dos mínimos sociais, para o provimento de condições para atender às contingências sociais, e para a universalização dos direitos sociais do público beneficiário dos seus trabalhos;
- Executar atividades de assistência técnica e extensão rural, inclusive para o público da agricultura familiar, adotando metodologia participativa, com enfoque e equipe multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública, por meio da elaboração de planos, projetos e outras ações necessárias para realizar seus objetivos;
- Criar, aperfeiçoar e transmitir uma metodologia que instrumentalize os seus objetivos, assim como divulgar resultados de pesquisas, estudos e avaliações.

Missão

É missão da FASE, contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, a sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, civis e políticos.

Certificações e Registros

A FASE está registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sob nº 116.356/62, nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) do Rio de Janeiro (CMAS) sob o nº 0158/99, do Recife sob o nº 230/2010; de Belém sob o nº 186/2014; de Vitória sob o nº 53/2019; de Salvador sob o nº 132/2012; de Mutuípe sob o nº 03/2012; de Presidente Tancredo Neves sob o nº 007/2012; de Cáceres sob o nº 03/2013; possui o título de Utilidade Pública Estadual/UPE-RJ (Lei 909 de 04/02/66 – D.O.E 10/02/66). É portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), protocolo nº 235874.0015559/2020, para o período 2020-2023, Portaria Interministerial Nº 119/2020 (D.O.U nº 167 de 31/08/2020). É membro da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG) e está registrada no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CNEA/CONAMA), Portaria Interministerial nº 154/2003 (D.O.U 31/03/2003) e na European Commission's Authentication Service (ECAS/PADOR) sob o n.º BR-2008-EIY-0702756386.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da entidade em 14 de maio de 2021.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional utilizada pela entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração da entidade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente. As informações sobre estimativas e premissas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações contábeis do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 05 – Imobilizado;

Nota 19 – Provisão para contingências

2.5. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente está sendo apresentada, uma vez que a entidade apurou registros contábeis de outros resultados abrangentes, sejam receitas ou despesas, diferentes daqueles que já estão apresentados nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.6. Principais práticas contábeis adotadas

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas foram contabilizadas segundo o princípio de competência de exercícios. Os valores para aplicação específica, vinculados a contratos, convênios e outros instrumentos, foram reconhecidos ao resultado na medida da efetiva realização dos respectivos gastos. Doações de bens patrimoniais são contabilizadas diretamente no patrimônio social. Os superávits apurados em cada exercício fiscal são integralmente destinados à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos estatutários da entidade.

b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança. Um passivo é registrado no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado (Nota Explicativa nº 3). As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

d) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais, da mão de obra e de quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)**Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à entidade sobre condições de que não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a entidade utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da entidade são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2020.

f) Obrigações tributárias e previdenciárias – Imunidade tributária (CF, art. 150, inciso VI, alínea “c”)

A entidade, por sua finalidade e objetivos e atender aos requisitos da legislação em vigor, usufrui de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), da Contribuição Previdenciária Patronal (CPP/INSS), da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Taxa de Incêndio e demais impostos e contribuições alcançados pela sua condição de entidade imune. O PIS/PASEP - Programa de Integração Social e de Formação do Servidor Público é calculado na base de 1% da folha de pagamento. O valor da renúncia fiscal decorrente do não recolhimento das contribuições previdenciárias patronais está evidenciado na Nota Explicativa nº 17 como se tais obrigações devidas fossem.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Caixa	3.429,96	3.429,96
Bancos contas movimento – recursos sem restrição	6.905,37	1,00
Bancos contas movimento – recursos com restrição (i)	1.359.593,94	627.562,40
Aplicações de liquidez imediata – recursos sem restrição (ii)	4.865.082,72	4.395.605,55
Aplicações de liquidez imediata – recursos com restrição (i) (ii)	31.202.498,52	20.622.978,18
Totais	37.437.510,51	25.649.577,09

(i) Recursos com restrição de movimentação decorrente de cláusula contratual de projetos em execução, depositados em contas bancárias específicas.

(ii) A fim de remunerar sua disponibilidade, a entidade busca alocar seus recursos em produtos bancários de aplicação financeira em quotas de fundos, notadamente de baixo risco e com liquidez diária, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento significativo de sua rentabilidade. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Contam com a solidez de bancos de primeira linha (Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal, Banco do Estado da Amazônia, Banco Bradesco S/A e Banco Itaú S/A) e garantia de até R\$ 250 mil do FGC – Fundo Garantidor de Créditos.

4. CRÉDITOS A RECEBER

	2020	2019
Contas a receber (i)	42.941,40	262.133,88
Adiantamentos terceiros (ii)	1.074,89	11.788,70
Créditos de funcionários (iii)	22.232,57	176.005,56
Tributos a recuperar (iv)	30.414,26	30.277,76
Depósitos restituíveis (v)	37.456,42	12.740,42
Despesas antecipadas (vi)	19.836,49	24.596,23
Totais	153.956,03	517.542,55

- (i) Valores a receber de pequena monta;
- (ii) Valores de pequena monta adiantados a terceiros;
- (iii) Adiantamentos para despesas e antecipação de salários;
- (iv) Impostos e contribuições retidos na fonte ou pagos indevidamente;
- (v) Depósitos judiciais trabalhistas e de garantia contratual (caução);
- (vi) Despesas do exercício seguinte (assinaturas, seguros e vale transporte).

5. IMOBILIZADO

Composição do Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo de aquisição em 31/12/2020	Depreciações acumuladas em 31/12/2020	Imobilizado líquido em 31/12/2020	Imobilizado líquido em 31/12/2019
Imóveis de uso próprio		1.789.726,00	- 1.141.928,43	647.797,57	602.104,35
Edificações	4	1.789.726,00	- 1.141.928,43	647.797,57	602.104,35
Bens Móveis		3.797.176,89	- 3.161.985,32	635.191,57	645.013,11
Máquinas e equipamentos	10	265.606,75	- 265.606,75	-	59,67
Móveis e utensílios	10	1.084.183,40	- 863.806,75	220.376,65	178.299,42
Informática	20	1.453.277,38	- 1.270.208,24	183.069,14	139.741,66
Veículos	20	994.109,36	- 762.363,58	231.745,78	326.912,36
Totais		5.586.902,89	- 4.303.913,75	1.282.989,14	1.247.117,46

Movimentação do Imobilizado

Descrição	Imobilizado líquido em 31/12/2019	Aquisições em 2020	Venda/Baixa/Ajuste de Imobilizado em 2020	Baixa Depreciação em 2020	Depreciação em 2020	Imobilizado líquido em 31/12/2020
Imóveis de uso próprio	602.104,35	97.100,00	-	-	- 51.406,78	647.797,57
Edificações	602.104,35	97.100,00	-	-	- 51.406,78	647.797,57
Bens Móveis	645.013,11	194.265,93	- 478.954,26	478.954,26	- 204.087,47	635.191,57
Máquinas e equipamentos	59,67	-	- 316.396,05	316.396,05	- 59,67	-
Móveis e utensílios	178.299,42	76.580,26	- 126,88	126,88	- 34.503,03	220.376,65
Informática	139.741,66	100.205,67	- 92.531,33	92.531,33	- 56.878,19	183.069,14
Veículos	326.912,36	17.480,00	- 69.900,00	69.900,00	- 112.646,58	231.745,78
Totais	1.247.117,46	291.365,93	- 478.954,26	478.954,26	- 255.494,25	1.282.989,14

Administração da FASE revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e dos demais ativos relevantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas é aplicado o teste de recuperabilidade e se o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A FASE não identificou indicativos de perda de seu valor recuperável para o exercício 2020. Além disso identificou que o custo para a realização do teste seria incompatível com o benefício gerado para a informação.

6. FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

	2020	2019
Fornecedores de bens e materiais de consumo	410,64	468,00
Prestadores de serviços a pagar	50.054,28	85.729,91
Outras contas a pagar	12.330,52	16.711,98
Totais	62.795,44	102.909,89

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Registra o valor da provisão de férias e dos respectivos encargos calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 de dezembro de cada exercício, o valor dos encargos sociais e outras obrigações trabalhistas e sociais a pagar/recolher.

	2020	2019
Provisão de férias e encargos	806.776,59	739.710,27
Plano de saúde em grupo	-	1.674,34
Programa saúde ocupacional a pagar	424,20	395,92
Seguro vida em grupo a pagar	3.554,46	2.584,64
FGTS a pagar	67.257,82	55.832,37
Previdência social a pagar/recolher (2305 CLT)	45.206,06	40.717,77
Previdência social a pagar/recolher (2305 AUT)	2.090,00	5.657,78
Totais	925.309,13	846.573,09

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Registra o valor dos tributos a recolher retidos na fonte:

	2020	2019
IRRF PF a recolher (0561)	127.028,93	106.566,47
IRRF PF a recolher (0588)	-	1.832,06
IRRF PJ a recolher (1708)	783,39	263,52
COFINS/CSLL/PIS a recolher (5952)	3.062,08	2.858,94
ISSRF a recolher	1.033,73	1.673,65
Totais	131.908,13	113.194,64

9. RECURSOS DE PROJETOS EM EXECUÇÃO

Valor dos saldos apurados em 31 de dezembro de projetos sociais vinculados a convênios e contratos cuja aplicação ocorrerá no exercício seguinte.

	2020	2019
Convênios com órgãos públicos (i)	19.371.098,98	13.203.362,09
Contratos com agências da cooperação internacional (ii)	9.014.599,37	5.181.191,91
Outros recursos (iii)	175.475,94	135.951,99
Totais	28.561.174,29	18.520.505,99

(i) Convênios com órgãos públicos

	2020	2019
1203 - PA/FUNDO SOCIAMBIENTAL/MPF	3.484.463,63	744.109,30
1205 - NAC/CONTRATO 18.2.0311.1/BNDES	3.445.718,48	-
1214 - NE/PROJ MULHERES.../FMMA	-	2.104,69
1535 - PA/FUNDO DEMA/IBAMA (nota 10)	12.440.916,87	12.457.148,10
Totais	19.371.098,98	13.203.362,09

ii) Contratos de cooperação internacional

	2020	2019
1103 - NAC/GRUPO DE ASSES NAC/GLOBAL FLOREST	4.179,00	-
1105 - PA/PROGRAMA REGIONAL AMAZÔNIA/AQS	-	171.534,25
1208 - PA/SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL/HBS	14.745,11	1.110,75
1209 - NAC/FORTALECENDO.../MISEREOR	86.436,92	57.744,45
1517 - MT/PROJ TECENDO A AGROECOLOGIA/LFOUND	347.215,96	-
1501 - ES/PROJETOS PONTUAIS/DIVERSOS	-	4.003,40
1502 - NAC/JUVENTUDE CIDADES OHK/OXFAM	59.843,80	-
1503 - NAC/DEMOCRACIA E CULTURA/RLS	4.514,96	1.572,12
1507 - PA/FUNDO DEMA/CLUA	-	28.330,63



1520 - PE/OCUPAÇÃO MARIELLE FRANCO/OAK	8.805,00	30.519,69
1521 - NAC/PROJ ANA/PORTICUS	471.378,68	
1524 - NAC/PROJETO BUILD/F FORD	1.453.253,81	
1527 - PA/TODOS OS OLHOS NA AMAZONIA/GREENPEACE	254.875,97	
1528 - NAC/COSTURANDO MODA DIREITOS/L FOUND	965.762,37	
1532 - PA/FUNDO DEMA/F FORD (nota 10)	1.178.687,52	
1534 - PE/URBAN PARTICIPATION.../OAK FOUNDATION	218.497,56	-
1535 - PA/FUNDO DEMA/F.FORD (nota 10)	3.458.237,43	4.623.484,81
1536 - ES/SHELL EM SUDAMÉRICA.../MILIEUDEFENSIE		7.336,99
1542 - NAC/JUVENTUDE NAS CIDADES/OXFAM	76.001,46	44.841,14
1555 - PA/FORTALECER O BEM VIVER.../ASW	412.163,82	210.713,68
Totais	9.014.599,37	5.181.191,91

(iii) Outros recursos

	2020	2019
1519 - BA/ALIMENTAÇÃO SAUD CAMPO.../I. IBIRAPITANGA	100.248,01	135.951,99
1523 - NAC/CONF POPULAR.../I IBIRAPITANGA	75.227,93	-
Totais	175.475,94	135.951,99

10. PROJETO PA/FUNDO DEMA/IBAMA

Criado em 2003 a partir da doação com encargos de 6.000 toras de mogno (*Swietenia macrophylla* King) apreendidas pelo IBAMA, o FUNDO DEMA, uma homenagem a Ademir Alfeu Federicci, Dema para os amigos, líder dos movimentos sociais da região Altamira/Xingu, assassinado em 2001, é um fundo permanente de financiamento de projetos de proteção ambiental, manejo florestal comunitário e ações de desenvolvimento e inclusão social. A doação qualificada do mogno apreendido golpeou a exploração ilegal e selou uma aliança inédita entre o Governo Federal, o Ministério Público, as ONGs e os movimentos sociais da região em favor do desenvolvimento sustentável e democrático da Amazônia. O fundo é de responsabilidade da FASE e deverá, de acordo com as tradições e missão desta instituição, ser gerido de forma compartilhada com as entidades e movimentos sociais da região de origem da madeira. O seu regulamento prevê o funcionamento de um comitê gestor e um conselho consultivo garantindo, assim, em primeira instância, a representação dos movimentos e entidades da região Altamira/Xingu. O fundo é mantido pelo aporte inicial resultante da doação do IBAMA, pela contribuição da Fundação Ford em 2005 de R\$ 2.227.000,00 e pelas receitas financeiras decorrentes da aplicação das disponibilidades em fundos de investimentos geridos pelo Banco da Amazônia S/A.

DEMONSTRATIVO DO SALDO DO FUNDO DEMA	2020	2019
Saldo inicial	17.080.632,91	16.555.271,12
Receitas Financeiras	453.231,54	940.321,63
(-) Despesas de atividades e administrativas do Fundo	(456.022,63)	(414.959,84)
Saldo em 31 de dezembro	17.077.841,82	17.080.632,91

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
11.1. Patrimônio Social

Registra os valores dos superávits e déficits apurados em cada exercício e aprovados pela Assembleia Geral da FASE, dos ajustes decorrentes de retificação de valores do ativo imobilizado e de erro contábil imputável a determinado exercício anterior, dos bens recebidos por doação e da devolução de recursos de projetos encerrados em exercícios anteriores.

11.2. Superávit (déficit) acumulado

Registra o valor do superávit (déficit) do último exercício a ser submetido à apreciação da Assembleia Geral.



11.3. Ajustes de exercícios anteriores

	2020	2019
Devolução glosas proj 0346530-29/2010 Min Economia	-	(49.143,39)
Totais	0,00	(49.143,39)

12. RECEITAS OPERACIONAIS
12.1 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS/ATIVIDADES

Registra os recursos provenientes de contratos de prestação de serviços sociais, cujo resultado financeiro é integralmente destinado ao desenvolvimento das finalidades institucionais da entidade.

	2020	2019
Secretaria Estadual Especial da Mulher (Recife/PE): Contrato 042/2019	-	99.967,85
Secretaria Estadual Especial da Mulher (Recife/PE): Contrato 045/2019	-	203.360,28
Instituto Centro Vida	10.000,00	-
SDR CONT 017/2019 (BA)	296.592,00	-
Fundação Roberto Marinho	-	39.637,30
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MT): Contrato 102-14	-	394.747,16
CAR CONT 020/2017 (BA)	118.434,04	318.779,46
Centro de Mulheres do Cabo	10.000,00	-
Totais	435.026,04	1.056.492,05

12.2. RECURSOS PÚBLICOS

Registra os recursos públicos para execução de projetos sociais, cuja aplicação está vinculada aos termos dos convênios/contratos assinados e sujeita a prestação de contas. Os valores apresentados referem-se ao montante aplicado em cada exercício, uma vez que eventuais saldos apurados em prestação de contas foram transferidos para o Passivo Circulante-Recursos de projetos em execução (ver nota 9).

Com restrição

	2020	2019
Convênios com órgãos públicos federais	3.990.356,53	2.470.433,45
Convênios com órgãos públicos municipais	2.104,69	11.151,37
Totais	3.992.461,22	2.481.584,82

12.3. RECURSOS DE AGÊNCIAS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Registra os recursos recebidos de agências da cooperação internacional para execução de projetos sociais, cuja aplicação está vinculada aos termos dos contratos assinados e sujeita a prestação de contas. Os valores apresentados referem-se ao montante aplicado em cada exercício, uma vez que eventuais saldos apurados em prestação de contas foram transferidos para o Passivo Circulante-Recursos de projetos em execução (ver nota 9).

Com restrição

	2020	2019
Ação Quaresmal Suíça	171.534,25	36.570,63
Actionaid	-	-
Brot Fuer Die Welt	3.686.240,00	2.340.715,00
CCFD	314.696,31	217.445,63
Development & Paix	-	888.000,00
Fundação Ford	1.035.161,91	1.026.286,22
Fundação OAK	424.334,53	237.151,38
Fundação Rosa Luxemburgo	127.985,04	134.927,88
Heinrich Boll Stiftung	208.959,57	262.130,12
KZE/Misereor	1.003.775,24	908.369,76
Oxfam	268.495,88	236.572,74
União Europeia	183.600,00	273.691,40
Outras doações internacionais	1.911.931,15	1.109.406,86
Totais	9.336.713,88	7.671.267,62

12.4. RECEITAS FINANCEIRAS

Com restrição

	2020	2019
Descontos obtidos	10.083,98	20.835,45
Renda de alugueis e arrendamentos	6.310,19	9.970,57
Rendimentos de aplicações financeiras	644.642,20	655.614,92
Imposto de renda retido na fonte	(1.420,84)	(653,54)
Imposto sobre operações financeiras	(90,39)	(360,05)
Variação cambial ativa	-	69,79
Totais	659.525,14	685.477,14

Sem restrição

	2020	2019
Rendimentos de aplicações financeiras	88.445,67	293.094,82
Totais	88.445,67	293.094,82

12.5. OUTRAS DESPESAS (RECEITAS)

	2020	2019
Recuperação de despesas	7.974,82	2.632,06
Ganhos na alienação/baixa do imobilizado	34.500,00	7.500,00
Totais	42.474,82	10.132,06

13. CUSTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS/ATIVIDADES

Registra os gastos diretos com projetos sociais voltados para a defesa e garantia de direitos, de desenvolvimento urbano, de agroecologia e segurança alimentar e de meio ambiente (atividades fim).

	2020	2019
Custos de pessoal com vínculo empregatício	6.203.783,72	5.289.476,79
Custos de pessoal sem vínculo empregatício	59.702,00	221.436,02
Outros custos de serviços sociais prestados (i)	4.675.731,00	4.843.808,19
Totais	10.939.216,72	10.354.721,00

(i) Comunicação, diárias e outras despesas de viagem, doações e contribuições a projetos comunitários, material de consumo, passagens aéreas, rodoviárias e fluviais, publicações técnicas e outros serviços de terceiros.

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Registra as despesas com administração e infraestrutura da entidade (atividades meio).

	2020	2019
Despesas de pessoal com vínculo empregatício	2.655.581,03	2.363.924,34
Despesas de pessoal sem vínculo empregatício	54.643,80	92.364,82
Outras despesas administrativas (i)	943.676,04	1.211.989,11
Totais	3.653.900,87	3.668.278,27

(i) Aluguel e condomínio, comunicação, contribuições a entidades de classe, informática, despesas legais e judiciais, condução local, energia elétrica, gás, água e esgoto, manutenção e reparos de bens móveis e imóveis, material de expediente, prêmios de seguros contratados, auditoria e outras despesas.

15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2020	2019
Tributos/taxas/contribuições federais	138,56	30,90
Tributos/taxas/contribuições estaduais	10.617,90	9.636,74
Tributos/taxas/contribuições municipais	9.693,27	8.411,56
Totais	20.449,73	18.079,20

16. OUTRAS DESPESAS

	2020	2019
Outras Despesas	120,01	322,31
Totais	120,01	322,31

17. ISENÇÕES USUFRUÍDAS (CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS)

A renúncia fiscal relacionada ao não recolhimento das contribuições previdenciárias patronais está assim demonstrada: No período de 01/03/2020 a 31/08/2020 as isenções ficaram suspensas.

	2020	2019
Contribuição previdenciária, SAT e terceiros (25,4%) - CLT	743.826,66	1.481.606,71
Contribuição previdenciária (20%) - Autônomos	10.634,50	54.352,76
Total	754.511,16	1.535.959,47

18. SEGUROS

A entidade possui cobertura de seguros sobre os bens do ativo imobilizado, considerados pelos seus gestores, em montante suficiente para cobrir eventuais sinistros.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2020, com base na opinião de seus assessores legais e por contar com recursos próprios disponíveis em seu caixa em montante suficiente para honrar os valores envolvidos, a Administração



julgou não haver necessidade de constituição de provisão para o processo abaixo relacionado de natureza cível:

✓ **Processo com estimativa de perda possível:**

1027-53.2016.8.11.0041 2ª. Vara Especial da Fazenda Pública Cuiabá/MT R\$ 100.000,00.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – GERENCIAMENTO DE RISCOS

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da entidade, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, contas a receber e contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. Durante os exercícios de 2020 e 2019, a entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos. A entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **Risco de crédito** - é o risco de déficit financeiro da entidade caso uma contraparte em qualquer dos instrumentos contratuais falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos seus recebíveis. Historicamente a entidade não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras com os seus financiadores. **Risco de liquidez** - é o risco de a entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. **Risco de mercado** - é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio para os recursos recebidos do exterior e taxas de juros das aplicações financeiras, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Com relação às taxas de juros, a entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de primeira linha. **Estrutura do gerenciamento de risco** - A entidade avalia os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os estatutos sociais da Entidade possuem previsão de não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Assim sendo, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagem ou benefício, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes forem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram após 31/12/2020 até a conclusão desta auditoria, eventos que pudessem alterar de forma significativa estas Demonstrações Contábeis. A administração da entidade não identificou nenhum evento relevante que possa vir a modificar as estimativas ou provisões, assim como não identificou nenhum evento relevante relacionado à recuperação de ativos nas demonstrações contábeis em 31/12/2020. Não foram feitos ajustes ou quaisquer outros registros que fugissem aos padrões normais.

A administração realiza regularmente procedimentos gerenciais que possibilitam a identificação de eventos que possam impactar a situação financeira da Fase, como o registro tempestivo das operações financeiras, reuniões entre a Direx e a gerência administrativa financeira para análise das ocorrências no âmbito administrativo financeiro e discussão sobre as mudanças conjunturais nacionais e no contexto da cooperação internacional.

A Fase planeja modificar sua forma de registro das receitas, adequando-as completamente à ITG 2002(R1), realizando a apropriação mensal das receitas e controlando mensalmente os saldos dos projetos em contas de passivo.

23. FATO RELEVANTE**Pandemia do Novo Coronavírus (COVID 19)**

Foram verificadas ocorrências de catástrofes ambientais causada por fenômenos naturais e pela ação humana, em algumas áreas de atuação da FASE, tais como queimadas e incêndios. Estas ocorrências provocaram muitas perdas da flora e fauna nas regiões da Amazônia e do Pantanal, assim como deterioraram ainda mais a saúde e economia. Não houve qualquer registro de danos aos ativos da instituição ou aos seus funcionários, mas trouxeram desafios ao trabalho desenvolvido nestas regiões.

Com a continuidade e agravamento da pandemia da Covid-19, no segundo semestre de 2020, as ações emergenciais solidárias foram intensificadas. A FASE permanece acompanhando atentamente os impactos no campo em que atua e mantido diálogo com seus financiadores e parceiros no enfrentamento dos riscos e incertezas no planejamento operacional dos programas e projetos em execução. A instituição não registrou nenhum tipo de perda financeira ou patrimonial ocasionada pela Pandemia, no entanto, a esta situação afeta a vida institucional, fazendo com que as adequações de planejamento sejam constantes, em função da necessidade de lidar com as impossibilidades atuais e incertezas sobre o futuro.

A grande maioria de seus empregados permanece em regime de trabalho remoto (home Office) e uma pequena parte vai aos escritórios esporadicamente e em regime de rotatividade, sempre com as medidas de prevenção de contágio. A Fase está seguindo as orientações de isolamento social determinadas por Estados e Municípios.

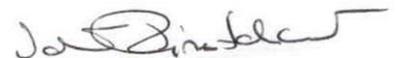
24. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Apresentamos abaixo informações não auditadas relativas ao perfil funcional, encargos sociais recolhidos e benefícios concedidos aos colaboradores da entidade.

Indicadores do corpo funcional	2020	2019
N.º de colaboradores ao final do período	91	82
N.º de colaboradores admitidos	12	12
N.º de colaboradores demitidos	3	5
N.º de colaboradores com idade acima de 45 anos	44	40
N.º de colaboradores com formação superior	66	61
N.º de mulheres que trabalham na entidade	59	51
N.º de cargos de chefia ocupados por mulheres	11	11
N.º de negros que trabalham na entidade	32	25
N.º de dependentes (plano de saúde em grupo)	28	23
Indicadores sociais internos	R\$	R\$
Encargos sociais (FGTS e PIS/PASEP)	1.385.545,83	612.328,47
Assistência médica (plano de saúde em grupo)	683.396,21	626.148,85
Programa de saúde ocupacional	4.906,58	4.561,62
Auxílio educação/creche	20.841,86	16.339,36
Seguro de vida em grupo	37.017,40	30.353,76
Treinamento/aperfeiçoamento profissional	-	3.312,18
Condução urbana (excedente vale transporte)	10.061,27	34.529,75

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2020.


Tatiana Dahmer Pereira
Presidente
CPF/MF 024.951.757-40


Valéria Pires Falcão
Contadora CRC/RJ 097792/O-7
CPF/MF 916.338.427-20

Associados Efetivos

Ana Toni
Benedito Roberto Barbosa
Breno Bringel
Cândido Grzybowski
Humberto Santos Palmeira
Isabel Cristina da Costa Cardoso
Yves Lesbaupin
Liszt Benjamin Vieira
Lúcia Maria Xavier de Castro
Márcia da Silva Pereira Leite
Paulo Pena Schütz
Sérgio Góes de Paula
Silvio Caccia Bava
Vanessa Schottz Rodrigues

•

Conselho Deliberativo

Presidente
Tatiana Dahmer Pereira
Vice-Presidente
Leilah Landim Assumpção
1ª Secretário
André Pacheco Teixeira Mendes
2ª Secretário
Leila de Andrade Linhares Barsted
3ª Secretário
Fatima Mello
Suplentes
Adhemar dos Santos Mineiro
Generosa de Oliveira Silva
José Sérgio Leite Lopes
Renato Sérgio Maluf

•

Conselho Fiscal

Carlos Bernardo Vainer
Jorge Vicente Muñhoz
Ricardo Gouveia Corrêa
Suplente
Paulo Frederico Petersen

•

Diretoria Executiva
Diretor Executivo Nacional
Leticia Rangel Tura
Diretor Executivo Adjunto
Evanildo Barbosa da Silva

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Srs. Membros da Assembléia Geral:

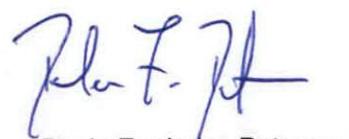
Examinamos as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria da FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, compostas pelos BALANÇOS PATRIMONIAIS, DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS, DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES, DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO e DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Em nossa opinião, com base nos exames efetuados e no Relatório dos Auditores Independentes, as referidas Demonstrações Contábeis merecem aprovação da ASSEMBLÉIA GERAL.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2021.



Ricardo Gouveia Corrêa
Conselheiro



Paulo Frederico Petersen
Conselheiro